

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 2.118, DE 2021

Altera a lei 9.503/1994 – Código de Trânsito Brasileiro - para revogado o inciso I, artigo 67, retirando a necessidade de autorização de confederações esportivas para a realização de provas ou competições esportivas em vias abertas à circulação.

**Autor:** Deputado PEDRO VILELA

**Relator:** Deputado DIEGO GARCIA

### I - RELATÓRIO

A proposição em epígrafe altera a Lei nº 9.503/1994 - **Código de Trânsito Brasileiro (CTB)** - para revogar o inciso I do artigo 67, retirando a necessidade de autorização de confederações esportivas para a realização de provas ou competições esportivas em vias abertas à circulação.

Justificando sua iniciativa, o autor assim se manifestou:

Ao estabelecer tal condicionante, especialmente em uma legislação dedicada às regras de trânsito, cria-se uma barreira à execução de eventos desportivos, já que eleva o nível de burocracia desse tipo de ação.

Demais disso, a redação do dispositivo ora suprimido, quando analisada em conjunto com o caput do artigo, pode – em uma interpretação extensiva, porém aceitável – condicionar a realização de eventos amadores à autorização das entidades desportivas formais, o que não parece razoável.

A proposição foi distribuída à Comissão do Esporte (CESPO), à Comissão de Viação e Transportes (CVT) e a este colegiado, estando sujeita à apreciação conclusiva, em regime de tramitação ordinário.



O projeto recebeu parecer pela aprovação, com emenda, na Comissão do Esporte. A emenda redacional foi assim justificada pelo seu autor: “É necessária a correção de erro na ementa do Projeto de Lei, uma vez que o Código de Trânsito Brasileiro foi publicado em 1997, e não em 1994 como está consignado.”

Já na Comissão de Viação e Transportes, o projeto foi aprovado nos termos de um substitutivo oferecido pelo Relator. O substitutivo foi assim justificado pelo colega Relator naquela comissão de mérito:

O inciso que se pretende revogar, por sua vez, exige que o responsável pela competição providencie autorização da confederação esportiva correspondente. Entendemos tal autorização não ser necessária para provas relacionadas ao pedestrianismo, ou seja, caminhadas, corridas de rua, maratonas, entre outras. Para as demais modalidades esportivas, especialmente aquelas que envolvem veículos motorizados, como motocicletas, compreendemos que esse tipo de autorização é fundamental. Portanto, oferecemos um Substitutivo ao projeto de lei em exame.

Por último, também achamos ser conveniente incluir a obrigatoriedade de disponibilização de serviço de atendimento médico de emergência no trecho da competição, com ambulância e profissionais de saúde, nas condições estabelecidas pelo órgão ou entidade pública competente.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões, não foram oferecidas emendas ao projeto, conforme atesta a Secretaria desta Comissão.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, IV, a, do Regimento Interno, pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto, da emenda/CESPO e do substitutivo/CVT.



No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa da União (CF, art. 22, XI), sendo atribuição do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48), mediante iniciativa legislativa concorrente (CF, art. 61, caput).

Não há, de outra parte, qualquer violação a princípios ou normas de ordem material da Constituição de 1988 nas proposições sob análise.

Nada temos a opor quanto à juridicidade da proposição principal, bem como de suas emendas e substitutivos.

Já quanto à técnica legislativa e à redação, o projeto tem problemas redacionais, corrigidos parcialmente pela emenda/CESPO, que por sua vez não tem problemas relativos aos aspectos a observar nesta oportunidade. Na redação final, poderão ser feitos ajustes de redação no art. 1º do projeto, também se corrigindo o ano de edição do CTB para 1997.

Quanto ao substitutivo apresentado na Comissão de Viação e Transportes, nada temos a opor quanto a sua técnica legislativa e redação, razão pela qual nos manifestamos favoravelmente à ela.

Por último, ressalto a importante manifestação da Confederação Brasileira de Atletismo, que entrou em contato com o meu gabinete e trouxe elementos e argumentos desfavoráveis ao projeto. Infelizmente essa comissão não poderá se debruçar sobre o mérito. A Confederação Brasileira de Atletismo, juntamente com a Confederação Brasileira de Ciclismo e Confederação Brasileira de Triathlon são contrárias ao projeto. A Confederação Brasileira de Atletismo e suas 27 federações estaduais trouxeram ao nosso conhecimento que juntamente com a ABRACEO-Associação Brasileira de Organizadores de Corrida de Rua e Esportes Outdoor, entidade que representa os interesses de empresas que exercem atividades de realização, produção e organização de eventos esportivos de corrida de rua e esportes outdoor, estão trabalhando juntas visando a qualificação dos eventos e a profissionalização das pessoas que atuam no segmento de corrida de rua, com foco na segurança, qualidade e



conscientização dos atletas quanto a necessidade de regulamentação das corridas de rua.

A regulamentação das corridas de rua por sua vez visa assegurar principalmente a integridade física dos atletas, pois para que uma prova seja autorizada é necessário que o organizador cumpra vários requisitos como assegurar que as vias estão fechadas para o tráfego de veículos, assegurar a existência de médicos e ambulâncias durante toda a prova e no percurso, assegurar postos de hidratação previamente determinados, assegurar a colocação de banheiros químicos, assegurar os percursos e idades mínimas para os atletas, em absoluta observância as regras internacionais. Essa regulamentação também é pré-requisito previsto em normas internacionais da World Athletics, até mesmo para a validação dos resultados das corridas de ruas. Estamos convencidos de que a regulamentação com a participação das federações e confederações é necessária e o Poder Executivo deve tratar o tema em norma específica, como a Lei Geral do Esporte.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.118, de 2021 e da emenda/CESPO; e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do substitutivo/CVT.

É o voto.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputado DIEGO GARCIA  
Relator

2025-7615

